



Bruxelas, 26.8.2015
COM(2015) 408 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

**Projeto de Relatório Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do
quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação
(EF 2020)**

**Novas prioridades para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação
{SWD(2015) 161 final}**

1. CONTEXTO

A Europa enfrenta alguns desafios urgentes: relançar a criação de emprego e a recuperação económica, conseguindo um crescimento sustentável; reduzir o défice de investimento; reforçar a coesão social; conceder à radicalização e à violência uma atenção prioritária. Simultaneamente, a Europa tem de superar desafios a longo prazo, como o envelhecimento da população, a adaptação à era digital e a concorrência numa economia global baseada no conhecimento.

A resposta política da Europa no âmbito do novo Programa para o Emprego, o Crescimento, a Equidade e a Mudança Democrática marca um novo arranque. São apresentados fortes argumentos económicos a favor da educação e de formação — setores favoráveis ao crescimento que assumirão um papel fundamental no novo programa. O investimento no capital humano é dinheiro bem gasto. Uma boa educação e formação ajuda a promover um crescimento económico sustentável: estimula a I&D, a inovação, a produtividade e a competitividade. Tal como sublinhado nas orientações para o emprego de 2015, é preciso que os sistemas de educação e formação reforcem a sua eficácia e eficiência, para poder melhorar o nível de qualificação da mão de obra e reduzir o desajustamento das competências, e antecipar e responder à rápida mutação das necessidades dos mercados de trabalho. Este aspeto é particularmente importante numa sociedade cada vez mais digital e para a transição para uma economia circular.

As trágicas manifestações de extremismo violento no início de 2015 alertaram para a importância da educação e de formação na promoção da inclusão e igualdade, do respeito mútuo e da integração de valores fundamentais numa sociedade aberta e democrática. Promover a educação e a formação — em especial, junto dos mais desfavorecidos — é crucial para evitar e combater a pobreza, a exclusão social e a discriminação, e garantir uma base para o desenvolvimento da cidadania ativa. Os setores da educação e da formação devem pois redobrar esforços para melhorar o acesso de todos a uma aprendizagem de qualidade, promovendo dessa forma a convergência social.

Assim, a educação e a formação são elementos essenciais de várias iniciativas e estratégias da UE, incluindo a «Europa 2020», o mercado único digital, a agenda europeia em matéria de segurança e o plano de investimento para a Europa, embora respeitando a competência dos Estados-Membros pelos seus sistemas de educação e formação. Através de intercâmbios interpares, da aprendizagem mútua e da partilha de conhecimentos, a cooperação no âmbito do quadro estratégico «EF 2020» procura complementar a ação nacional e apoiar os Estados-Membros na realização de reformas que melhorem o seu desempenho.

O Monitor da Educação e da Formação de 2014 revela que persistem ainda sérios desafios:

- 20 % dos jovens com 15 anos de idade na UE obtêm resultados fracos na leitura, na matemática e nas ciências; 20 % dos adultos apresentam baixos níveis de capacidade de leitura e escrita e de matemática e 25 % têm baixos níveis de competências digitais, mas apenas 10,7 % participam na aprendizagem ao longo da vida e apenas um número muito reduzido dos adultos pouco qualificados.

- O abandono escolar precoce situa-se agora em 11,1 % e os 19 Estados-Membros alcançaram a meta fixada na estratégia «Europa 2020», mas há ainda mais de 5 milhões de casos de abandono escolar precoce, com elevada taxa de desemprego (41 %).
- A conclusão do ensino superior continua a melhorar, sendo agora de 37,9 %. São 16 os Estados-Membros que cumpriram a meta fixada na estratégia «Europa 2020», mas a empregabilidade dos diplomados continua a ser um grave problema nos países mais afetados pela crise.

Da avaliação global intercalar do quadro estratégico «EF 2020», realizada em 2014, com a participação dos Estados-Membros e das principais partes interessadas, e que constituiu a base do presente relatório, resultaram três conclusões principais:

- Confirmou-se o grande valor de um quadro integrado, abrangendo todos os níveis da educação e da formação. A necessidade atual de flexibilidade e permeabilidade entre as diferentes experiências de aprendizagem exige coerência das políticas, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior, o ensino e formação profissionais e a educação de adultos.
- Os quatro objetivos estratégicos do «EF 2020» (e atuais valores de referência da UE) continuam a ser válidos, como formulados de forma abrangente e inovadora nas conclusões do Conselho de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação («EF 2020»), garantindo uma base sólida para o desenvolvimento das atividades neste domínio até 2020. No entanto, as políticas têm de ser recalibradas, de modo a considerarem tanto os urgentes problemas económicos e de emprego como a importância da educação para a promoção da equidade e da não discriminação, e a transmissão de valores fundamentais, competências interculturais e uma cidadania ativa.
- O contributo do quadro estratégico «EF 2020» para a agenda global da UE para o emprego, o crescimento e o investimento, incluindo o Semestre Europeu, precisa de ser aprofundado. Isto implica melhorar a informação e os conhecimentos e a aprendizagem mútua sobre os desafios colocados pela reforma, e acentuar a relevância específica por país do quadro estratégico.

Tendo em conta os desafios e conclusões políticas acima, e para melhor ajustar o «EF 2020» ao mandato político e prioridades da UE, o presente relatório conjunto propõe reorientar a cooperação europeia no âmbito do quadro estratégico até 2020, alargando o seu ciclo de trabalhos de 3 para 5 anos.

2. PRINCIPAIS DESAFIOS E PRIORIDADES PARA O FUTURO

Com base na avaliação, e reconhecendo as diferenças entre os Estados-Membros, a presente secção identifica os principais desenvolvimentos e desafios em matéria de educação e formação, incluindo — no anexo 1 — os novos *domínios prioritários* e as *questões concretas* a aprofundar até 2020.

2.1. A qualidade e a pertinência dos resultados de aprendizagem é essencial para o desenvolvimento das competências

O nível baixo de competências básicas na Europa entrava o progresso económico e limita seriamente a realização profissional, social e pessoal dos cidadãos. Para melhorar a empregabilidade, a inovação e a cidadania ativa, é preciso desenvolver as competências básicas a par de outras competências essenciais e atitudes: a criatividade, o empreendedorismo e o espírito de iniciativa, as competências digitais (incluindo, a programação), as competências em línguas estrangeiras, o espírito crítico (nomeadamente, através do domínio das tecnologias eletrónicas e dos meios de comunicação social), e as competências relacionadas com setores em crescimento, como a «economia verde».

A qualidade dos resultados de aprendizagem deve ser estimulada numa perspetiva ao longo da vida. Embora 16 Estados-Membros tenham adotado estratégias globais de aprendizagem ao longo da vida, todos os países devem desenvolver estas estratégias e assegurar a permeabilidade entre os diferentes níveis e formas de aprendizagem, e entre o ensino e formação e o mundo do trabalho. Tal exige a prossecução dos esforços de coordenação e de parceria entre os diferentes setores da aprendizagem.

O setor da educação e acolhimento na primeira infância (EAPI) representa o ponto de partida e um dos meios mais eficientes para melhorar a proficiência em competências essenciais, mas depara-se com um duplo desafio: aumentar o acesso e melhorar a qualidade. A prestação de serviços a crianças com menos de 3 anos é particularmente problemática. Com base no quadro de qualidade da EAPI, desenvolvido pelos Estados-Membros no anterior ciclo de trabalhos, as questões-chave a aprofundar incluem a necessidade de alargar o acesso neste setor, incidindo nos mais desfavorecidos, na profissionalização do pessoal e na eficiência da gestão, o financiamento e a monitorização.

Foram adotadas medidas de redução do abandono escolar precoce (AEP) em todos os Estados-Membros, mas nem sempre concorreram resultam numa estratégia global como exigido na recomendação do Conselho de 2011. Uma resposta eficaz requer um compromisso a longo prazo e uma cooperação intersectorial, centrados na prevenção e numa intervenção precoce. As estratégias AEP promovidas pelas escolas devem procurar incluir abordagens colaborativas e parcerias com as partes interessadas externas e a comunidade, e melhorar os resultados de aprendizagem de todos os alunos.

Os sistemas de ensino superior devem impulsionar a economia do conhecimento O ensino superior tem de ser capaz de responder eficazmente às necessidades geradas pela evolução da sociedade e do mercado de trabalho, centrando a modernização na criação de sinergias entre o ensino, a investigação e a inovação, que liguem as instituições às comunidades locais e regiões, bem como na adoção de abordagens inovadoras que melhorem a pertinência dos programas de ensino, nomeadamente pela utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Melhorar as taxas de conclusão continua a ser um desafio para muitos Estados-Membros, especialmente entre os grupos mais desfavorecidos.

Os alunos que terminam o ensino e a formação profissionais (EFP) registam boas taxas de emprego na maioria dos Estados-Membros. A formação de aprendizes e os sistemas duais de EFP são particularmente importantes, na medida em que garantem a

aquisição de competências pertinentes que facilitam a transição para o mercado de trabalho. Os Estados-Membros adotaram diversas medidas para cumprir os objetivos estratégicos definidos no Comunicado de Bruges (2010) para o período de 2011-2014, no sentido de melhorarem o desempenho, a qualidade e a atratividade do EFP, atribuindo especial ênfase à aprendizagem em contexto laboral. No próximo ciclo de trabalhos, a promoção deste tipo de aprendizagem, em todas as suas formas, deverá prosseguir, procurando simultaneamente reforçar a aliança europeia alcançada no domínio da formação dos aprendizes (Aliança Europeia da Aprendizagem) e melhorar a antecipação das competências que são necessárias ao mercado de trabalho. As Conclusões de Riga, de 22 de junho de 2015 (ver anexo 2), precisaram o escopo e o número dos objetivos estratégicos a médio prazo.

A educação de adultos é essencial para a melhoria das qualificações e a requalificação

As tendências recentes de diminuição das competências básicas e de aumento do desemprego na população adulta exigem uma aplicação reforçada da agenda europeia adotada no domínio da educação de adultos (Agenda Renovada no domínio da Educação de Adultos). As prioridades deverão incluir uma governação mais eficaz, um aumento significativo da oferta e da participação, uma oferta mais flexível, um acesso mais alargado, uma maior monitorização e uma melhor garantia da qualidade.

2.2. A educação tem de contribuir para a coesão social, a igualdade, a não discriminação e o civismo

A desigualdade atingiu o seu nível mais elevado em 30 anos na maioria dos países europeus e da OCDE, gerando um impacto negativo nos resultados escolares, uma vez que os sistemas educativos tendem a reproduzir os padrões de estatuto socioeconómico existentes. Quebrar o ciclo intergeracional do nível baixo de qualificações deve, por conseguinte, constituir uma prioridade. Embora a maioria dos Estados-Membros tenha tomado medidas para melhorar o acesso ao ensino por parte dos alunos mais desfavorecidos, continua a existir um fosso educativo considerável e o acesso a uma boa educação e formação permanece um problema em muitas partes da UE. São necessárias medidas eficazes para garantir uma educação e formação inclusivas a todos os alunos, incidindo nas pessoas oriundas de meios socioeconómicos desfavorecidos, com necessidades especiais, migrantes ou descendentes de migrantes e de etnia cigana. O mecanismo «Garantia para a Juventude» deve ser plenamente acionado.

É também importante eliminar as diferenças entre homens e mulheres na educação e, em especial, nos percursos educativos. O *bullying* e a violência no meio escolar, incluindo entre homens e mulheres, não podem ser tolerados. Os estabelecimentos de ensino e os professores devem ser preparados e apoiados para garantir aos alunos uma experiência de inclusão social, igualdade, não discriminação e cidadania democrática no seu contexto de aprendizagem.

A Declaração de Paris dos Ministros da Educação, de 17 de março de 2015, apelou a uma ação a todos os níveis que reforce o papel da educação na promoção da cidadania e de valores comuns como a liberdade, a tolerância e a não discriminação, e a sua importância para a coesão social e o apoio aos jovens para que se possam tornar pessoas responsáveis,

com abertura de espírito e membros ativos da nossa sociedade diversa e inclusiva¹. A educação é fundamental para prevenir e combater a marginalização e a radicalização. O seguimento prático desta declaração representa uma prioridade-chave do novo ciclo de trabalhos, com medidas concretas financiadas no quadro do programa «Erasmus+», estruturadas em torno dos quatro domínios identificados na declaração: i) promover a aquisição de competências sociais, cívicas e interculturais, encorajando a adoção dos valores fundamentais da Europa e uma cidadania ativa; ii) incentivar o sentido crítico e a capacidade de utilização dos meios de comunicação social; iii) melhorar a educação das crianças e jovens de meios desfavorecidos e iv) promover o diálogo intercultural.

2.3. Uma aprendizagem pertinente e de elevada qualidade precisa de...

Utilizar mais ativamente as pedagogias inovadoras e os instrumentos e competências digitais: Vários Estados-Membros comunicaram o lançamento de iniciativas para melhorar as competências digitais dos professores e dos alunos, e um terço já adotou estratégias nacionais para a digitalização da educação. No entanto, subsistem enormes desafios. A revolução digital está a aumentar a procura de aptidões e competências digitais; a educação e a formação têm de responder a esta necessidade, o que requer investimentos nas infraestruturas, mudanças organizativas, instrumentos digitais e competências digitais por parte dos professores, bem como a criação de recursos educativos digitais (e abertos) e *software* educativo de elevada qualidade. Os setores da educação e formação devem explorar as vantagens das novas TIC e adotar pedagogias inovadoras e ativas, baseadas em métodos participativos e na realização de projetos. A criação de ambientes de aprendizagem abertos pode reforçar a colaboração entre os diferentes setores da educação, incluindo para os alunos mais desfavorecidos.

Garantir um forte apoio aos professores: Muitos Estados-Membros indicaram a tomada de medidas para melhorar a formação dos professores e realçaram que a formação inicial e contínua dos professores e formadores deve ser ajustada à sua finalidade, combinando a componente teórica, com a pedagogia e a prática. Os educadores devem ser preparados para lidar com a crescente diversidade de alunos, evitar o abandono escolar precoce e utilizar o melhor possível pedagogias inovadoras e ferramentas TIC, beneficiando simultaneamente de apoio no início das suas carreiras.

A escassez de mão-de-obra entrava cada vez mais a qualidade da instrução em muitos países, a par de um declínio no interesse pela carreira docente. São necessárias estratégias globais a longo prazo para selecionar os candidatos mais adequados, com diferentes percursos e experiências, tendo em conta que na profissão existe uma forte desigualdade entre homens e mulheres, oferecendo-lhes perspetivas de carreira atrativas.

Facilitar a mobilidade na aprendizagem: O primeiro painel de avaliação da mobilidade (de 2014) revela que a mobilidade para fins de aprendizagem varia consideravelmente entre Estados-Membros, persistindo obstáculos importantes em termos de informação, apoio aos alunos e reconhecimento dos estudos. É preciso implementar e desenvolver ações no domínio da transparência, da garantia da qualidade, e do reconhecimento e validação das competências e qualificações. São necessários melhores dados para monitorizar a mobilidade.

¹ A educação não formal é importante para promover a participação social e democrática dos jovens, que constitui uma prioridade do quadro de cooperação da UE no domínio da juventude; ver o próximo relatório da UE sobre a juventude de 2015.

O apoio à internacionalização do ensino superior deve continuar a ser uma prioridade, incluindo o desenvolvimento de parcerias estratégicas e de cursos conjuntos, e a promoção da mobilidade de alunos, professores e investigadores.

Melhorar e simplificar os instrumentos de transparência e de reconhecimento na UE:

Os instrumentos de transparência e de reconhecimento são essenciais para a mobilidade, a empregabilidade e a aprendizagem ao longo da vida, garantindo também a utilização das qualificações adquiridas fora da UE. A maioria dos Estados-Membros já desenvolveu quadros nacionais de qualificações e procedeu à sua referência com o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ). Futuramente os trabalhos deverão promover uma transição do enfoque da transparência para o reconhecimento das qualificações em toda a Europa, reforçando o papel do QEQ e promovendo a validação das aprendizagens não formais e informais. A utilização de instrumentos de reconhecimento e validação adequados para os conhecimentos, aptidões e competências adquiridos graças às tecnologias digitais pode favorecer a adoção de práticas de aprendizagem abertas e inovadoras. Deve ser dada especial atenção à simplificação e racionalização dos atuais instrumentos da UE dirigidos ao grande público em matéria de competências e qualificações, de modo a alargar o seu alcance.

Reduzir o défice de investimento: Um investimento eficaz na qualidade da educação e formação representa uma fonte de crescimento sustentável. No entanto, devido à crise, a contenção dos orçamentos públicos mantém-se e vários Estados-Membros reduziram a despesa efetiva com a educação e a formação. Tal reforça a necessidade de apoiar os Estados-Membros na conceção de reformas que garantam de forma mais eficiente uma educação e formação de qualidade, num contexto societal alargado. O Plano de Investimento para a Europa, o programa «Erasmus+», os fundos europeus estruturais e de investimento, incluindo a Iniciativa para o Emprego dos Jovens e o programa «Horizonte 2020», podem ajudar a estimular o investimento e apoiar a realização das prioridades do quadro estratégico «EF 2020, reforçando a sua articulação com as várias políticas.

3. GESTÃO E MÉTODOS DE TRABALHO

Desde o relatório conjunto de 2012, a gestão do «EF 2020» melhorou, nomeadamente reforçando a recolha de dados factuais (Monitor da Educação e da Formação) e o modo operacional dos grupos de trabalho e plataformas de intercâmbio regular entre as principais partes interessadas, como o Fórum Europeu da Educação, a Formação e Juventude (EYT). Existe um consenso relativamente à abordagem seguinte para o próximo ciclo de trabalhos:

- ***O desenvolvimento de uma forte base factual e a monitorização dos progressos alcançados*** são considerados essenciais para garantir a eficácia do quadro estratégico «EF 2020», e tal será feito em cooperação com o Eurostat, a rede Eurydice, o CEDEFOP, a OCDE e outras organizações.
- A simplificação e ***racionalização da transmissão de informações*** no âmbito do «EF 2020» continua a ser um aspeto prioritário e deverá melhorar com o alargamento do ciclo de trabalhos para 5 anos;

- ***O reforço dos laços entre a educação, as empresas e a investigação e a participação dos parceiros sociais e da sociedade civil*** reforçarão o impacto do «EF 2020» e o contributo dos sistemas educativos para o desenvolvimento da capacidade de inovação na Europa. As Alianças do Conhecimento, as Alianças de Competências Setoriais no quadro do programa «Erasmus+», as Ações Marie Skłodowska-Curie e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia no âmbito do programa «Horizonte 2020» são iniciativas inovadoras neste domínio. A participação das partes interessadas também será estimulada no âmbito do Fórum EYT, do Fórum Universidades-Empresas, do Fórum EFP-Empresas e de outros fóruns temáticos nos Estados-Membros. A cooperação com a sociedade civil e os parceiros sociais europeus será prosseguida, para permitir uma utilização ótima das suas capacidades técnicas e do seu alcance junto da população.

Os instrumentos do quadro estratégico «EF 2020» provaram o seu valor, mas nem sempre tiveram um impacto efetivo a nível nacional, devido, nomeadamente, a uma falta de sincronização das atividades, uma insuficiente divulgação e uma fraca sensibilização nacional para a utilidade dos resultados. Os instrumentos do «EF 2020» serão reforçados:

- Para melhorar a transparência e a coerência das atividades «EF 2020», a Comissão, em cooperação com os Estados-Membros (incluindo o trio de presidências sucessivas do Conselho), elaborará um ***plano de trabalho evolutivo e indicativo do «EF 2020»***, integrando e proporcionando uma visão clara dos eventos de aprendizagem interpares e principais atividades planeadas nos grupos de trabalho do quadro estratégico e nos grupos informais de altos funcionários (reuniões dos diretores-gerais responsáveis pelo ensino escolar, o EFP e o ensino superior, e grupo de alto nível criado para a educação e formação)
- A partir de 2016, uma nova geração de ***grupos de trabalho*** prosseguirá os trabalhos nos domínios prioritários do «EF 2020». Os grupos apresentarão um relatório aos grupos informais de altos funcionários pertinente, que orientam os trabalhos e identificam as principais questões a submeter à atenção do Conselho. Serão encorajados métodos de trabalho inovadores e uma maior divulgação dos resultados dos grupos, centrada numa verdadeira partilha dos conhecimentos.
- Será reforçada ***a aprendizagem interpares no âmbito do «EF 2020»***, uma prática já utilizada nos grupos de trabalho, para que os Estados-Membros com desafios políticos semelhantes possam para trabalhar em *clusters*. As ***avaliações interpares*** efetuadas nas reuniões entre diretores-gerais, focadas nos desafios específicos de cada país, têm-se revelado úteis, mas exigem uma maior preparação e diálogo interativo. Uma ***consultoria interpares*** ajustada a cada caso poderá contribuir para a introdução de reformas nacionais específicas.
- A ***divulgação de boas práticas*** e dos ensinamentos colhidos, utilizando dados internacionais quando relevante, será reforçada através de eventos temáticos, de intercâmbios de aprendizagem sobre as políticas e outras iniciativas de transferência e intercâmbio de conhecimentos sobre práticas de sucesso no domínio da educação.
- O ***Monitor da Educação e da Formação***, articulado com o Semestre Europeu e fornecendo dados específicos e atualizados sobre cada país e tópico (incluindo, os pontos fortes e desafios), servirá de base sistemática para os debates políticos do Conselho e do Parlamento Europeu sobre os desafios e as reformas da educação.

- O potencial do programa «**Erasmus+**» será plenamente explorado, para reforçar o impacto dos instrumentos do «EF 2020», incentivando nomeadamente a experimentação de novas políticas nos grupos de trabalho e utilizando os dados recolhidos sobre projetos de sucesso.

ANEXO 1: DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DA COOPERAÇÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A avaliação intercalar confirmou os quatro *objetivos estratégicos* do «EF 2020», definidos pelo Conselho em 2009:

1. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade;
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa;
4. Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, em todos os níveis da educação e formação.

No quadro destes objetivos estratégicos, a avaliação salientou o objetivo comum dos Estados-Membros para racionalizar os atuais domínios de ação prioritários. O quadro abaixo propõe uma **redução de 13 para 6 domínios prioritários**, cada um dos quais podendo contribuir para a realização de um ou vários objetivos estratégicos fixados para o período até 2020, em plena coerência com e contribuindo para as prioridades políticas globais da UE.

No quadro que se segue, os domínios prioritários estão estruturados em torno de *questões concretas*, em resposta ao pedido do Conselho de indicar de forma mais concreta os tópicos a abordar nos trabalhos futuros. Estes domínios serão seguidos através dos métodos de trabalho e instrumentos previstos no «EF 2020», na medida em que: i) refletem um desafio comum para os Estados-Membros e ii) existe um valor acrescentado na sua abordagem a nível europeu.

Os Estados-Membros selecionarão, de acordo com as prioridades nacionais, quais os domínios de trabalho e quais as questões em que desejam trabalhar e cooperar.

	DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS	QUESTÕES CONCRETAS
1.	<p>Aptidões e competências pertinentes e de qualidade, com incidência nos resultados da aprendizagem, visando a empregabilidade, a inovação e a cidadania ativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a ação política orientada para a redução dos níveis baixos de aquisição de competências básicas em toda a Europa, abrangendo a literacia, a matemática, as ciências e as competências digitais • Reforçar o desenvolvimento das competências transversais e competências essenciais, em consonância com o Quadro de Referência sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida, em particular as competências digitais e linguísticas e o espírito empresarial, através de quadros comuns europeus e instrumentos de autoavaliação como o «HEInnovate» • Relançar estratégias de aprendizagem ao longo da vida eliminando as dificuldades nas fases de transição do ensino escolar e promovendo a transição para e entre o EFP, o ensino superior e a educação de adultos, incluindo as aprendizagens não formais e informais, bem como da educação e formação para o mercado de trabalho • Promover o acesso a uma educação e acolhimento na primeira infância (EAPI) de elevada qualidade, em especial para as crianças mais desfavorecidas, e implementar o quadro de qualidade da EAPI • Reduzir o AEP através de apoio às estratégias adotadas pelas escolas e a uma educação de segunda oportunidade, valorizando contextos de aprendizagem e pedagogias eficazes • Promover a pertinência do ensino superior, tanto para o mercado de trabalho como para a sociedade, nomeadamente através de uma melhor informação e maior antecipação sobre as necessidades e a evolução do mercado de trabalho, novos currículos e programas de estudo, mais oportunidades de aprendizagem em contexto laboral e uma maior cooperação entre as instituições e os empregadores • Realizar os objetivos estratégicos a médio prazo acordados no âmbito das Conclusões de Riga para o EFP (ver anexo 2), reforçando, ao mesmo tempo, a aliança europeia alcançada no domínio da formação de aprendizes (Aliança Europeia da Aprendizagem) e a capacidade de antecipar as competências necessárias ao mercado de trabalho • Implementar a Agenda Europeia para a Educação de Adultos (ver anexo 2)
2.	<p>Educação inclusiva, igualdade, não discriminação e desenvolvimento das competências cívicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Responder à crescente diversidade dos alunos e melhorar o acesso de todos a sistemas formais de educação e formação de elevada qualidade e inclusivos, incluindo as pessoas mais desfavorecidas, as pessoas com necessidades especiais, os migrantes e as pessoas de etnia cigana, combatendo simultaneamente a discriminação, o racismo, a segregação, o <i>bullying</i>, a violência e os estereótipos • Combater as desigualdades entre homens e mulheres na educação

		<p>e promover escolhas educativas que garantam um maior equilíbrio neste domínio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a aquisição efetiva da língua de aprendizagem e de trabalho por parte dos migrantes • Promover as competências cívicas, interculturais, sociais e relacionais, a compreensão e o respeito mútuos, e a apropriação dos valores democráticos e direitos fundamentais • Incentivar o pensamento crítico e as competências digitais e relativas aos meios de comunicação social
3.	Uma oferta educativa e formativa aberta e inovadora, incluindo através de uma plena utilização da era digital	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar pedagogias inovadoras e ativas, como o ensino interdisciplinar e os métodos colaborativos, para impulsionar o desenvolvimento de aptidões e competências pertinentes de nível elevado, promovendo, ao mesmo tempo, a educação inclusiva, nomeadamente para as pessoas mais desfavorecidas e os alunos portadores de deficiência • Promover uma gestão da educação participativa, incentivando o envolvimento dos alunos, dos professores, dos pais e da comunidade local mais alargada, incluindo grupos representativos da sociedade civil, parceiros sociais e empresas • Reforçar as sinergias entre a educação, a investigação e a inovação, com base numa perspetiva de crescimento sustentável, à luz dos desenvolvimentos no ensino superior e com uma nova tónica no EFP e nas escolas • Promover a utilização das TIC como motor de mudança sistémica, para melhorar a qualidade e a pertinência da educação em todos os níveis • Reforçar a oferta e a qualidade das pedagogias e dos recursos educativos abertos e digitais em todos os níveis do ensino, em cooperação com comunidades de código aberto (<i>open source</i>) • Incentivar o desenvolvimento da aptidões e competências digitais em todos os níveis de aprendizagem, para responder à revolução digital
4.	Um forte apoio aos professores	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o recrutamento, seleção e a indução dos melhores e mais adequados candidatos para a profissão docente • Melhorar o prestígio e atratividade da profissão docente, incluindo através de estratégias globais • Apoiar a formação inicial e contínua dos professores, em especial para lidar com a maior diversidade de alunos, o abandono escolar precoce, a aprendizagem em contexto laboral, as competências digitais e as pedagogias inovadoras, incluindo através de iniciativas da UE como a geminação eletrónica de escolas (eTwinning), o portal School Education Gateway e a Plataforma Eletrónica para a Educação de Adultos na Europa (EPALE) • Promover a excelência no ensino em todos os níveis, através da

		<p>elaboração de programas, a organização da aprendizagem e estruturas de incentivo, e explorando novas formas para aferir a qualidade da formação dos professores</p>
5.	<p>Transparência e reconhecimento das aptidões e qualificações, para facilitar a mobilidade na aprendizagem e laboral</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a transparência, a garantia da qualidade, a validação e o reconhecimento das aptidões e qualificações, incluindo as adquiridas através de formas de aprendizagem digitais, em linha e abertas, bem como a validação das aprendizagens informais e não formais • Simplificar e racionalizar os instrumentos de transparência, documentação, validação e reconhecimento que impliquem o contacto direto com os alunos, os trabalhadores e os empregadores, e promover a utilização de quadros de qualificações • Apoiar a mobilidade dos alunos, do pessoal educativo e dos investigadores, bem como o desenvolvimento de parcerias estratégicas e cursos conjuntos, promovendo a internacionalização do ensino superior
6.	<p>Investimento sustentável, desempenho e eficiência dos sistemas de educação e formação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Explorar o potencial do Plano de Investimento para a Europa no domínio da educação e da formação, nomeadamente pela promoção de modelos de financiamento que atraiam agentes e capitais privados • Incentivar os Estados-Membros a fundamentar a sua intervenção em dados concretos que lhes permitam monitorizar as políticas e definir reformas que garantam uma educação de qualidade com maior eficiência • Incentivar a utilização de mecanismos inovadores que assegurem um investimento sustentável em todas as formas e níveis de aprendizagem, incluindo o financiamento baseado no desempenho e a partilha de custos

ANEXO 2: PRIORIDADES ESPECÍFICAS DO EFP E DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS ATÉ 2020

As agendas setoriais do EFP (processo Copenhaga-Bruges) e a agenda europeia renovada no domínio da educação de adultos exigem uma maior especificação — e reconhecimento, por intermédio deste relatório conjunto — dos objetivos estratégicos/prioridades para o período até 2020.

Objetivos estratégicos a médio prazo das Conclusões de Riga para o EFP

- Promover a **aprendizagem em contexto laboral** em todas as suas formas, em especial a formação de aprendizes, envolvendo os parceiros sociais, as empresas, as câmaras de comércio e os prestadores de EFP, e incentivando a inovação e o empreendedorismo
- Continuar a desenvolver mecanismos de **garantia da qualidade** do EFP, em conformidade com a recomendação EQAVET e, no âmbito dos sistemas de garantia da qualidade, assegurar o **intercâmbio de informações e o retorno de informação entre os sistemas de ensino e formação profissional inicial (EFP-I) e contínuo (EFP-C) com base nos resultados da aprendizagem**
- Melhorar o **acesso ao EFP e às qualificações por parte de todas as pessoas**, graças a sistemas mais flexíveis e permeáveis, nomeadamente oferecendo serviços eficientes e integrados de orientação e validando as aprendizagens não formais e informais
- Reforçar mais ainda as **competências essenciais** nos programas de estudo do EFP e criar mais oportunidades efetivas de aquisição ou desenvolvimento dessas competências através do EFP-I e do EFP-C
- Introduzir abordagens sistemáticas e oportunidades em matéria de **EFP-I e EFP-C para professores, formadores e orientadores do EFP**, tanto em contexto escolar como laboral.

Prioridades da Agenda Europeia Renovada no domínio da Educação de Adultos

- **Governança:** Assegurar a coerência da educação de adultos com outros domínios políticos, melhorar a coordenação e reforçar a sua eficácia e adequação às necessidades da sociedade, da economia e do ambiente; aumentar o investimento
- **Oferta e participação:** Aumentar significativamente a oferta de serviços de educação de adultos de elevada qualidade, em especial para aquisição de aptidões de leitura e escrita, matemática e competências digitais, e aumentar a participação através de estratégias de sensibilização, orientação e motivação dirigidas aos grupos mais necessitados
- **Flexibilidade e acesso:** Alargar o acesso à educação de adultos, criando mais oportunidades de aprendizagem no local de trabalho e utilizando eficazmente as TIC; adotar procedimentos destinados a identificar e avaliar as aptidões dos adultos pouco qualificados e proporcionar uma oferta suficiente de segundas oportunidades que permita atribuir uma qualificação reconhecida do QEQ a pessoas sem qualificações do nível 3
- **Qualidade:** Melhorar a garantia da qualidade, incluindo a monitorização e as avaliações de impacto, melhorar a formação inicial e contínua dos educadores de adultos e recolher dados sobre as necessidades existentes no setor para estabelecer metas adequadas e assegurar os meios necessários.